

Prédios históricos AJ 11 385 podem receber ajuda GAZETA 12/10/79

Vitória poderá ser enquadrada no programa de cidades históricas, através de subsídios para a elaboração de programas de restauração, revitalização e utilização do patrimônio existente, além da formação de um arquivo que auxilie em futuros projetos de intervenção. Esse é pelo menos o objetivo do Plano Ambiental Urbano e Natural da Grande Vitória, em fase de conclusão pela Fundação Jones dos Santos Neves, que, ao mesmo tempo, condena a ocupação indiscriminada dos mangues, a destruição dos aspectos paisagísticos de lazer da população, e alerta as autoridades locais para a problemática que está sendo vivida na região, principalmente quanto aos riscos de distribuição irreversível a que está sujeito o patrimônio em curto espaço de tempo.

O plano foi iniciado no ano passado e na sua elaboração participaram vários técnicos da Fundação Jones dos Santos Neves. Atualmente, o trabalho encontra-se em fase de revisão datilográfica, devendo estar totalmente pronto até meados do próximo mês, quando começará a ser distribuído para os diversos órgãos interessados em preservar o patrimônio ambiental urbano e natural da Grande Vitória. Várias de suas propostas foram introduzidas no Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória, o qual se aprovado pela Câmara de Vereadores do município, as transformará em lei.

GRAVIDADE

Ao abordar, por exemplo, a problemática do meio ambiente, o Plano Ambiental Urbano e Natural da Grande Vitória (PAUNGV) revela que a situação "chegou, em certos aspectos, a ser bem grave, e a debilitação das condições mínimas para uma vida saia do agrupamento humano podem ser alarmantes". Assinala que a super concentração populacional de uma cidade requer gastos imensos de energia para sustentar tantas pessoas em reduzida área, e os insumos de energia de fora (petróleo, alimentos importados, eletricidade e materiais importados) são insuficientes e muitas vezes tem circulação não equitativa.

Em função disso, o trabalho concluiu que "aparece a miséria urbana, os problemas sanitários se agitam, as relações entre os grupos humanos se aviltam". Essas considerações, segundo os técnicos da Fundação Jones dos Santos Neves que participaram do PAUNGV, exercem várias influências no aspecto natural da Grande Vitória, especialmente no que diz respeito a ocupação do solo.

O documento faz um alerta às autoridades municipais, estaduais e federais, para "a problemática que está sendo vivida na Grande Vitória, principalmente quanto aos riscos de distribuição irreversível a que está sujeito o patrimônio em curto espaço de tempo, devido a rapidez das transformações físico-especiais e sócio-econômicas que tem ocorrido".

CONSCIENTIZAÇÃO

Segundo a Fundação Jones dos Santos Neves, o Plano Ambiental Urbano e Natural da Grande Vitória não surge com a pretensão de se transformar num instrumento jurídico de preservação ao patrimônio natural e histórico, mas com o objetivo de "conscientizar as populações das cidades da região do que nelas existem e o que deve ser preservado".

Para alcançar maior penetração dentro de tal objetivo, a Fundação pretende imprimir cartazes para distribuição em locais de acesso público, mostrar, através de slides, os aspectos paisagísticos naturais e históricos existentes e outros métodos, no sentido de criar uma mentalidade que assegure a conservação do patrimônio.

O trabalho de conscientização será desenvolvi-

do por diversos órgãos oficiais, entre eles a Fundação Cultural do Espírito Santo, prefeituras da Grande Vitória, a própria Fundação Jones dos Santos Neves e a Emcatur. Outros órgãos, como a Fundação Estadual de Meio-Ambiente (Fema) se basearia no plano para exercer fiscalização sobre as proposições que foram apresentadas para preservação.

Entretanto, um dos principais objetivos do plano é o enquadramento de Vitória no programa de cidades históricas, o que será tentado através de subsídios para a elaboração de programas de restauração, revitalização e utilização do patrimônio existente, bem como a formação de um arquivo que auxilie em futuros projetos de intervenção.

Uma das primeiras consequências do novo plano, trata-se do projeto elaborado para a Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, que prevê sua utilização permanente para exposição e execução de trabalhos de arte. Com esta iniciativa, pretende-se transformar aquele local, a longo prazo, num ponto de grande atração turística da Grande Vitória, conforme explicou a Fundação Jones dos Santos Neves.

PRESERVAÇÃO

Depois de um intenso trabalho de pesquisa, os técnicos da Fundação catalogaram no novo plano todo o patrimônio a ser preservado na região da Grande Vitória. O primeiro da lista é o Palácio Anchieta, classificado como "sem proteção" e que teve suas características originais completamente alteradas. Foi recomendado seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Além do Palácio Anchieta, destacam-se na lista do novo plano a Escola Maria Ortiz, Assembléia Legislativa, Igreja de São Gonçalo, Igreja de Santa Luzia, Hotel Europa, Teatro Carlos Gomes, residências na rua José Marcelino, Igreja e escadaria Nossa Senhora do Rosário, Convento São Francisco, Convento do Carmo, Clínica Santa Angélica, edificações na Rua Henrique Coutinho, Mercado da Capixaba, Bar Britz, Bar Santos, Aeroporto de Hidroaviões, Convento da Penha, Farol de Santa Luzia, Igreja de Barra do Jucu, Igreja de Ponta da Fruta, Igreja de São Benedito, residência de Leão Borges, Igreja de São João de Carapina, Igreja de São José de Queimados, Igreja Matriz de Viana, residência da família Balestreiro, Igreja de Belém e Casa Colonial em Viana.

Quanto ao Bar Britz e Bar Santos, ambos em Vitória, o Plano Ambiental Urbano e Natural da Grande Vitória recomenda seu tombamento, visando suas preservações como pontos de encontro, como parte da convivência social e pelo fato de serem peculiares à cidade.

No que diz respeito ao patrimônio natural, o trabalho refere-se ao Penedo como "um dos mais característicos e importantes marco visual e paisagístico de Vitória. Recomenda a paralisação urgente da retirada de material no local (na face Leste e Sul), e defende uma legislação e fiscalização eficiente para que a desfiguração iniciada na rocha não se repita.

Quanto aos mangues, o PAUNGV considera o "mais importante sistema ecológico da bacia de Vitória, além de ser a foz da bacia do Rio Santa Maria". E assinala que "o processo de ocupação dos mangues pode ocasionar aterros que colocam em risco todo o sistema ecológico da região", recomendando um levantamento detalhado das condições da flora e fauna da região, levantamento pedológico e um sobre o processo de ocupação, bem como a sua preservação como reserva biológica.